www.amc.org.br
Ano XI • nº 95
Outubro de 2019

O Judiciário

Jornal da Associação dos Magistrados Catarinenses

AMC
Rua Dos Bambus, 116,
Itacorubi - Fpolis (SC)
88034-570

Congresso Estadual trata dos desafios da era digital para os juízes do futuro

Páginas 5, 6 e 7

Além da sentença, uma lição

Cada vez mais magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina buscam a solução de conflitos por meio da abordagem sistêmica e do diálogo entre as partes.

Página 8

Juiz catarinense toma posse no CNPCP

Gustavo Marchiori agora faz parte do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão ligado ao Ministério da Justiça. Conheça também o trabalho da Central de Penas e Medidas Alternativas.

Página 3

Quando o cansaço vira doença

O trabalho e a profissão dos sonhos não têm evitado o aumento dos casos da Síndrome de Burnout. Uma entrevista com o neuropsicólogo Rodrigo Ramalho mostra os sintomas e formas de prevenção.

Página 10

PALAVRA DA PRESIDENTE

Jussara Schittler dos Santos Wandscheer

O desafio da Magistratura

Nas últimas quatro décadas, vivenciamos de forma intensa o avanço da tecnologia em diversas áreas do conhecimento. E para a Magistratura esta situação não foi diferente. Os novos produtos colocados no mercado e a disponibilização de serviços até então inimagináveis modificaram as relações de consumo e, em consequência, as demandas postas à apreciação judicial. E embora as mudanças legislativas sejam paulatinas, difíceis e precedidas - não raro - de intensos e acalorados debates, este novo panorama impõe ao magistrado uma solução imediata, pois a sociedade tem pressa na solução de seus conflitos.

Os desafios desse novo cenário pautaram o Congresso Estadual de Magistrados, que reuniu mais de 200 juízes e desembargadores por três dias na Capital. Este debate é necessário para que estejamos preparados para o enfrentamento das novas demandas e fatos sociais, sendo imprescindível que usemos a tecnologia a nosso favor.

Santa Catarina reconhecidamente tem em seus quadros magistrados operantes e os altos índices de produtividade foram destacados no Congresso pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli.

Dados do levantamento "Justiça em Números" organizado pelo CNJ mostram que cada juiz brasileiro julgou mais de 1800 processos no ano passado, perfazendo uma média individual de oito casos solucionados por dia útil.

E para nosso orgulho, o juiz Gustavo Emelau Marchiori, titular da 3ª Vara Criminal, responsável pela execução penal na Comarca de Chapecó e diretor de segurança da AMC foi nomeado e tomou posse como membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, órgão ligado ao Ministério da Justiça. A sua indicação para o cargo ocorreu após visita do ministro da Justiça, Sérgio Moro, a Chapecó, onde conheceu o trabalho realizado pelo magistrado na área de Execução Penal.

A maior participação dos juízes nas políticas penitenciárias é essencial para o desenvolvimento de ações concretas em relação ao funcionamento do Sistema Prisional, sendo necessária a disseminação das boas práticas na área da execução da pena, que também precisa se valer da tecnologia para maior efetividade.

Mas, se de um lado a sociedade nos exige cada vez mais eficiência e qualificação profissional, por outro, a Magistratura vive momentos de insegurança e tentativas de intimidação que certamente vão refletir negativamente na área da segurança pública e na entrega da prestação jurisdicional. É que a aprovação da Lei n. 13.869/2019, que dispõe sobre crimes de abuso de autoridade, criou dispositivos penais abertos que criminalizam a atividade jurisdicional e colocam em risco o sistema de Justiça. A Associação dos Magistrados Catarinenses tem um histórico de defesa de garantias, prerrogativas e direitos que - ao contrário do que reverberam alguns - não se prestam a beneficiar juízes, mas a proteger a sociedade como um todo, e se manterá firme na defesa da independência do Poder Judiciário, não admitindo qualquer tipo de intimidação.

MEMÓRIA

Um registro do Encontro Estadual de Magistrados realizado há dez anos, em outubro de 2009. Na mesa de abertura, o então presidente da AMC, desembargador Paulo Ricardo Bruschi, que conduziu os trabalhos. O evento foi prestigiado pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Jorge Mussi e Hermann Benjamin e o hoje aposentado Paulo Gallotti.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
1º Vice-Presidente
Vitoraldo Bridi
2º Vice-Presidente
Alcides dos Santos Aguiar

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor - Marcelo Carlin

O JUDICIÁRIO

Ano XI - nº 95 - Outubro de 2019
Tiragem: 2 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense
Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Sandra de Araujo - SC 00384-JP

Produção, Textos e Edição
Beatriz Cavenaghi
Sandra de Araujo

Projeto gráfico
Juliana Tonietto

Diagramação
Fabrício Sawczen

POLÍTICA PENITENCIÁRIA

Juiz catarinense toma posse no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Gustavo Marchiori atua em Chapecó e acumula a experiência de dirigir a Central de Penas e Medidas Alternativas da comarca.

O juiz Gustavo Marchiori, titular da 3ª Vara Criminal, responsável pela execução penal na Comarca de Chapecó e diretor de segurança da AMC, tomou posse como membro titular do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão ligado ao Ministério da Justiça que tem a função de reunir informações, analisar e deliberar ações que estimulem atividades de prevenção da criminalidade em todo o país. O conselho é composto por 13 membros entre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas.

Gustavo Marchiori tem se destacado, nos últimos anos, pelos resultados positivos da experiência da Central de Penas e Medidas Alternativas - CPMA de Chapecó. Dados recentes apresentados pelo magistrado ao Tribunal de Justiça mostram que a taxa de reincidência entre os apenados que passam pela CPMA de Chapecó é de 13%, enquanto os índices nacionais do sistema prisional ultrapassam por vezes os 80%.

Promoção de cidadania

Além de Chapecó, outras sete cidades de Santa Catarina contam com unidades de CPMA - Criciúma, Blumenau, Itajaí, Joinville, Florianópolis, São José e Laguna. O índice estadual de reincidência no crime nestas unidades, em 2018, foi de 14%. Para prevenir que os condenados voltem a cometer crimes, essas unidades contam com trabalho interdisciplinar de assistentes sociais e psicólogos que buscam, além da responsabilização pelo delito cometido, a compreensão dos sujeitos e a promoção da cidadania.

Na Comarca de Chapecó, a unidade da CPMA é coordenada por Andressa Beduschi Borges da Silva. "Com a experiência do cotidiano, podemos perceber claramente o papel transformador que exercem os profissionais, através de uma escuta qualificada, pautada não no julgamento, mas sim na reflexão e na ressignificação das pessoas em conflito com a lei", explicou Andressa. Para ela, a experiência em atuar nesta área da psicologia é muito rica, por poder auxiliar pessoas que são, muitas vezes, privadas de seus direitos básicos. "Fazê-las se sentir novamente um cidadão é muito gratificante", afirmou a coordenadora.

A unidade existe desde 2013 e começou com a tarefa de fiscalizar o cumprimento de 103 condenações ao cumprimento de prestação de serviço comunitário.

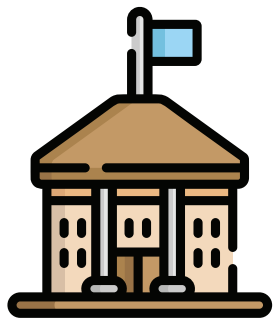
Hoje, são acompanhados também os apenados do regime aberto e os casos de condenação à pena pecuniária, medida educativa e medida cautelar. Até julho deste ano, mais de 27 mil apenados já haviam passado pela unidade.

Além de beneficiários e reeducandos de Chapecó, a unidade atende aos demais municípios da Comarca: Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Guatambú, Nova Itaberaba e Planalto Alegre.

A coordenadora Andressa explica que inicialmente há certa resistência por parte dos apenados, mas que após conhecerem o objetivo dos atendimentos, acabam aceitando o programa e passam a utilizar a equipe como referência para toda demanda psicossocial e para informações sobre direitos. O trabalho da CPMA é apoiado por 132 instituições parceiras de Chapecó, que recebem os apenados para prestação de serviços. Essa parceria é amparada pela celebração de um termo firmado entre a instituição e a Central de Penas e Medidas Alternativas. O processo de avaliação da instituição é dinâmico, com acompanhamento permanente da idoneidade, dos princípios e do compromisso social dos envolvidos.

Divulgação

A média de reincidência nas unidades de CPMA do Estado, em 2018, foi de 14%



	Itajaí	Joinville	Florianópolis	São José	Chapecó
	12%	9%	7%	6%	13%
Processos recebidos	1.183	381	510	456	668
Processos reincidentes	142	36	40	30	90

MOVIMENTO NA CARREIRA

Promoções e aposentadorias ocorridas no segundo semestre de 2019:

Joel Dias Figueira Júnior
Desembargador

Aposentou-se como desembargador.

Denise Helena Schild de Oliveira
Juíza

Aposentou-se no cargo de juíza de Direito.

Osmar Nunes Júnior
Desembargador

Tomou posse no cargo de desembargador pelo Quinto Constitucional.

Ronaldo Moritz Martins da Silva
Desembargador

Aposentou-se como desembargador.

Luiz Felipe Siegert Schuch
Desembargador

Promovido para atuar como desembargador na 4ª Câmara Civil do TJSC.

Carlos Alberto Civinski
Desembargador

Empossado juiz substituto, categoria desembargador, no Tribunal Regional Eleitoral/SC.

ARTIGO

Júlio César Ferreira de Melo
Desembargador do TJSC – membro da 3ª Câmara Criminal

Não temos medo

Parte de nossos congressistas, aquela que acabou por derrubar os vetos da Lei de Abuso de Autoridade - e que podemos também chamar de Lei da Intimidação -, resolveu brincar com os eleitores (nada recomendável para quem precisa do voto para a reeleição). A medida irá, com certeza, prejudicar o combate à impunidade, além de resultar na possibilidade real de liberação (ou da não prisão) de transgressores da lei, em um verdadeiro retrocesso sem precedentes na história recente do país.

O resultado da manobra (perfeitamente previsível pelos congressistas), poderá resultar no amedrontamento de membros da magistratura e do ministério público, agora receosos com o resultado de seus atos. Para termos uma ideia do problema gerado pelo Congresso Nacional, a Lei, que deve entrar em vigor em janeiro de 2020, está mostrando antecipadamente seus reflexos negativos.

Até o dia 28 de outubro, 39 decisões foram tomadas em pelo menos cinco tribunais do país. Juízes estão se negando a efetuar a penhora de bens de devedores, além de soltarem bandidos extremamente perigosos, como ocorreu em determinado Estado do nordeste – 12 suspeitos de integrar organizações criminosas foram literalmente soltos, com as bênçãos do Congresso Nacional.

Em outra decisão, um magistrado, com base na Lei 13.869/19, ao alegar que "tornou-se crime manter alguém preso quando 'manifestamente' cabível sua soltura", determinou a liberação de um traficante de drogas. A manifestação, cujo teor transcreve-se, homenageia a manobra nada republicana de parte dos membros do legislativo federal (cujos nomes podem ser facilmente obtidos no site do Congresso Nacional):

"Se o Congresso Nacional, pelos representantes eleitos, teve por desejo impor essa lei aos brasileiros, o fez com o amparo democrático, cabendo ao juiz, a quem não compete ter desejos, limitar-se a aplicá-la e aguardar a definição de seus contornos pelos Tribunais Superiores, arrematando:

(...) O que o Congresso Nacional fez, ao possibilitar a criminalização da atividade judicante, livre, motivada, coerente ao posicionamento e convicções do julgador, amparada, repita-se, nas provas dos autos, foi consagrar a IMPUNIDADE, acuando magistrados em sua função".

Como afirmado em recente artigo deste articulista, o Congresso Nacional, lamentavelmente, deu início a uma crise institucional que deve se agravar paulatinamente (e não vejo sinalização positiva por parte de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF, como é o caso do Ministro Gilmar Mendes que, no jornal O Globo do dia 06 de setembro do corrente ano, elogiou publicamente a lei 13.869/2019, segundo o qual "deve ser comemorada pela sociedade brasileira").

Concito juízes, membros do Ministério Público e força policial a continuarem, cada vez mais, no combate a corrupção que assola nosso país. Se a intenção foi a de calar, amedrontar, acovardar e emparedar juízes e promotores, devemos, sempre com respeito à constituição, envidarmos esforços para que não nos calem, muito menos que deixemos de realizar as tarefas que a sociedade espera do Poder Judiciário.

A resposta ao Congresso Nacional exige responsabilidade redobrada, coragem para enfrentar as adversidades e o incessante trabalho para a pacificação social.

NÃO É ABUSO, É INTIMIDAÇÃO

A lei 13.869/2019, conhecida como "Lei do Abuso de Autoridade" ou "Lei da Intimidação" teve origem no Senado Federal em 2017 e, após dois anos sem movimentação, foi discutida em regime de urgência e aprovada pela Câmara dos Deputados em apenas um dia. Terminada a análise do Congresso Nacional, em setembro deste ano, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei com vetos a 36 dos 108 dispositivos aprovados pelo Congresso, mas a maioria dos vetos foram derrubados pelos parlamentares.

"A Lei da Retaliação às autoridades não objetiva coibir excessos de agentes públicos. Pelo contrário, sua verdadeira origem está nos acertos destes agentes públicos, que de forma inédita na história do país, finalmente, mostraram que ninguém está acima da lei."

Marcelo Carlin,
juiz de Direito em Florianópolis

"A Lei de Abuso de Autoridade - Estatuto da Impunidade -, aprovada pelo Congresso Nacional mesmo contra o anseio popular, ao criar dispositivos penais abertos, que podem resultar na criminalização de atos praticados por juízes, além de colocar em risco o combate à criminalidade e à corrupção, representa, principalmente, flagrante e inadmissível ofensa às prerrogativas e garantias constitucionalmente garantidas aos magistrados, em especial sua independência funcional".

Juliano Serpa,
juiz de Direito em Chapecó

CONGRESSO ESTADUAL

Os desafios da era digital para os magistrados do futuro

Temas como tecnologia, inovação, inteligência artificial e suas relações com o trabalho dos juízes e desembargadores foram destaque no Congresso Estadual de Magistrados

A presidente da AMC,juíza Jussara Wandscheer, conduziu a abertura do congresso

Cerca de 200 juízes participaram do Congresso Estadual de Magistrados/ Cejur, realizado em Florianópolis entre os dias 12 e 14 de setembro. O evento foi realizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC, em parceria com a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e com o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura – COPEDEM. Durante três dias, a programação do evento contou com diversas palestras e painéis de debate sobre temas de destaque para a magistratura, além de conferências com ministros, lançamentos de livros e debate sobre as eleições do TJSC.

Na cerimônia de abertura, a presidente da AMC, juíza Jussara Wandscheer, destacou que a magistratura atual enfrenta um contexto de grandes desafios relacionados ao avanço da tecnologia e das mídias digitais. "É imprescindível que estejamos preparados para os novos tempos, as novas demandas e os novos fatos sociais e que usemos a tecnologia a nosso favor", destacou. Para ela, a reunião dos magistrados em encontros e debates é fundamental para o aprimoramento da Justiça.

Participação de ministros

O ministro do STJ Paulo de Tarso Sanseverino proferiu a conferência de abertura do evento e destacou os impactos da inteligência artificial para a privacidade dos cidadãos. Com a mesa presidida pelo desembargador Pedro Manoel Abreu, o ministro destacou as mudanças proporcionadas pela aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados, no ano passado. "A privacidade digital é um tema que exige muita cautela de todos nós operadores do direito. Devemos buscar um equilíbrio entre as possibilidades oferecidas pela tecnologia e a preservação da vida privada dos cidadãos", apontou.

Sanseverino destacou também que as leis que tratam da privacidade digital, não apenas no Brasil, têm como preocupações fundamentais a segurança e transparência na coleta de dados, a ética no uso das informações e a garantia da liberdade e da privacidade pessoal.

A influência das ferramentas de tecnologia para o alto desempenho da magistratura foi destacada pelo ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal - STF, em sua conferência. "A Justiça não é um prédio ou um local, mas um serviço que pode ser prestado, de diversas maneiras, pelo meio digital", lembrou, citando projetos realizados em diversos tribunais brasileiros que procuram potencializar processos e melhorar os serviços oferecidos pelo sistema de Justiça.

Toffoli elogiou a realização do evento e lembrou que a magistratura catarinense tem um dos melhores índices de produtividade entre a média nacional. De acordo com o levantamento "Justiça em Números" organizado pelo CNJ, cada juiz brasileiro julgou mais de 1800 processos no ano passado, perfazendo uma média individual de 8 casos solucionados por dia útil. O ministro finalizou desejando "que cada vez mais se aprimore a eficiência, que já é alta, na Justiça do Estado de Santa Catarina".

Ministros Dias Toffoli (dir.) e Paulo Sanseverino (esq.) apresentaram conferências no evento

CONGRESSO ESTADUAL

Governança, inovação e opinião pública foram destaque no Congresso de Magistrados

Diversos profissionais participaram do evento em palestras e debates sobre governança no serviço público, influência da opinião pública nas decisões judiciais e incentivo à inovação no Poder Judiciário.

Naiara Czarnobai Augusto, secretária de Estado de Integridade e Governança foi a palestrante do painel sobre Governança e Compliance no Serviço Público, com participação da promotora de justiça e membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público Vanessa Wendhausen Cavallazzi e do professor doutor da Universidade do Centro Universitário de Brasília – Uniceub Eduardo Bastos Furtado de Mendonça como debatedores. Naiara defendeu uma mudança cultural e social de conduta ética que envolva todos os setores da sociedade. "Para haver a corrupção há necessidade da participação de duas pessoas: aquela que oferece e aquela que aceita", afirmou.

A palestra da jurista Patrícia Perrone Campos Mello abordou a influência da mídia e da opinião pública nas decisões judiciais. Para a palestrante, opinião pública se refere a um conjunto de ideias e juízos partilhados por um grande conjunto de cidadãos, uma vontade coletiva, enquanto a mídia atua na geração de opinião pública. O painel foi presidido pelo diretor cultural da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc, juiz Maximiliano Losso Bunn, e teve o diretor-geral da Academia Judicial, desembargador Luiz Cézar Medeiros, como debatedor.

Autor do livro "Judiciário Exponencial", citado no evento como uma referência para o planejamento de estratégias no Poder Judiciário, o advogado e empreendedor Ademir Piccoli fez palestra sobre a influência da tecnologia como fator potencializador das inovações que podem ser implementadas pelos magistrados. Piccoli destacou, porém, que as grandes inovações não estão sempre atreladas aos aparatos tecnológicos, mas sim às boas ideias capazes de gerar resultados.

O painel de debates sobre inovação foi presidido pelo vice-presidente da AMC, Vitoraldo Bridi e teve a participação dos pesquisadores Fabiano Hartmann Peixoto e Roberta Zumblick Martins Da Silva como debatedores. Os dois são autores do livro "**Inteligência Artificial e Direito**", lançado durante o evento.

*Confira detalhes sobre este livro na **Estante**, na **página 11***

Posicione a câmera do celular sobre o código para assistir os destaques do evento em vídeo.

Painel Governança e Compliance no Serviço Público

Painel Modelos de Comportamento Judicial

Painel Judiciário Exponencial

O programa de Mestrado Profissional realizado pela Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina em parceria com a UFSC foi tema da palestra do professor de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina Orides Mezzaroba.

O médico Carlos André Bastian, Cirurgião do aparelho digestivo, fez uma palestra sobre conceitos fundamentais de nutrição e explicou como a prática de exercícios físicos e a escolha de alimentos nutritivos têm influência direta na manutenção da saúde dos indivíduos.

Programação incluiu conversa sobre o futuro do TJSC

Uma importante discussão sobre a sucessão da presidência do TJSC foi realizada no encerramento do congresso. Todos os pré-candidatos ao cargo de presidente do Tribunal foram convidados pela AMC para apresentar suas propostas. O desembargador Ricardo Roesler aceitou o convite e, acompanhado dos desembargadores que fazem parte da equipe de campanha, conversou com os participantes sobre seu plano de gestão para administrar a Justiça Estadual.

XLIX Copedem

Representantes de 25 escolas judiciais de todo o país estiveram reunidos no XLIX Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura – Copedem, entre eles o diretor-geral da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc, juiz Rudson Marcos, e o diretor-executivo da Academia Judicial do TJSC, desembargador Luiz Cézar Medeiros.

Uma das principais deliberações do grupo foi a permissão para que as Academias Judiciais dos Tribunais de Justiça solicitem credenciamento junto ao MEC para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade à distância. Também foram discutidas estratégias para a preparação dos atuais e dos novos magistrados frente ao avanço tecnológico que envolve o Poder Judiciário.

O presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, fez a entrega da medalha de 13 anos da entidade como um reconhecimento às pessoas e entidades que contribuem para o desenvolvimento do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura. Foram agraciados os ministros Dias Toffoli e Paulo de Tarso Sanseverino, o presidente do TJSC, Rodrigo Collaço, o corregedor-geral de Justiça de Santa Catarina, Henry Petry Junior, o diretor geral da Academia Judicial do TJSC, Luiz Cézar Medeiros, a presidente da AMC, Jussara Wandscheer, e o diretor geral da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Esmesc, Rudson Marcos.

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Além da sentença, uma lição

Projetos realizados por juízas oferecem ferramentas para que as partes aprendam a resolver problemas

O acúmulo de processos no Poder Judiciário brasileiro não é nenhuma novidade. De acordo com o último levantamento publicado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com base nos dados de 2018, cada juiz catarinense tem, em média, um acervo que supera 10 mil processos para resolver. O índice de produtividade dos magistrados do Estado também é um dos maiores do Brasil – com mais de 1500 sentenças prolatadas por ano por cada juiz de primeiro grau – e esse número levou a uma marca histórica: em 2018, a justiça de Santa Catarina alcançou um recorde de julgamentos, com 848,6 mil decisões proferidas em todas as esferas do Poder Judiciário.

Mesmo com os resultados positivos, o trabalho no sistema de Justiça parece não ter fim. "Muitas vezes nós juízes resolvemos a parte jurídica, com a sentença, mas as partes saem insatisfeitas e voltam a procurar o Judiciário", pontua a juíza Karina Queiroz de Souza, da 1ª Vara Cível de Camboriú. O fato destacado pela magistrada pode ser verificado no alto número de recursos ajuizados no Superior Tribunal de Justiça: só em 2018, 338.711 novos processos chegaram ao tribunal.

"Temos visto juízes cansados e doentes porque nós fazemos o nosso trabalho, aplicamos a lei, mas percebemos que muitas vezes isso não gera a efetividade da Justiça e acabamos frustrados", aponta Karina.

Por isso, nos últimos anos, o Poder Judiciário tem buscado alternativas para estimular as conciliações e até mesmo substituir a decisão judicial pelo diálogo entre as partes. A desembargadora Hildemar Carvalho, que atua na Primeira Câmara de Direito Criminal do TJSC, explica que já em 2010, a Resolução n. 125 do CNJ determinou a incorporação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania e regulamentou a capacitação de profissionais para atuação em mediação e arbitragem. Desde então, uma série de normas foram editadas para apoiar os tribunais na adoção de técnicas consensuais para a resolução dos conflitos.

"Por meio da percepção de um sistema, ajuda-se a resolver padrões repetitivos, para que as pessoas possam fazer novas escolhas e viver melhor. Eu vejo que o Judiciário do futuro poderá auxiliar as pessoas a darem um passo em direção ao sucesso pessoal, vivendo com mais amor e ordem", finaliza Hildemar.

Mas o fato é que resolver problemas por meio do diálogo nem sempre é uma tarefa fácil. Em Santa Catarina, por meio da Academia Judicial do TJSC, diversos cursos de capacitação sobre técnicas consensuais para a solução dos conflitos têm sido oferecidos aos magistrados e servidores e muitos estão empenhados em implementar projetos especiais nas varas onde atuam. O ponto em comum entre as diversas iniciativas que já estão em prática é a abordagem multidisciplinar que ajuda a ouvir as partes, incentivar o diálogo e, assim, encontrar solução para os problemas.

Posicione a câmera do celular sobre o código e assista o depoimento das juízas sobre a abordagem sistêmica.

Destacamos, nesta edição do jornal O Judiciário, três desses projetos, realizados por juízas catarinenses.

Juíza Karina Queiroz de Souza

1ª Vara Cível de Camboriú

Justiça Sistêmica Vínculos de Amor

Há alguns anos, a juíza Karina Queiroz de Souza começou a estudar a abordagem sistêmica e suas aplicações no Direito. A partir daí, criou um novo padrão de atendimento às partes na Vara onde atua. Quando um processo é ajuizado, os envolvidos são convidados para participar voluntariamente de oficinas orientadas por psicólogos e terapeutas que abordam os aspectos psicológicos e emocionais relacionados com a origem dos conflitos e das disputas judiciais. Os participantes saem da oficina com data marcada para uma audiência de conciliação. "O objetivo é oferecer ferramentas para que eles se vejam como adultos capazes de resolver seus problemas e fazê-los refletir sobre o que está motivando aquele conflito", explica a magistrada.

Os resultados positivos são observados no retorno recebido pelas partes e advogados e também na rotina de trabalhao da juíza. "Tenho ouvido muitas manifestações positivas e o meu trabalho se tornou mais leve porque eu entendi que não preciso resolver o pano de fundo do problema das pessoas", conclui.

Juíza Lilian Telles de Sá Vieira

Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica de São José

Oficinas de Direito Sistêmico

A abordagem pacificadora também é uma meta para a juíza Lilian Telles de Sá Vieira. Depois de participar de um curso sobre Direito Sistêmico oferecido pela Academia Judicial, a magistrada implementou novas práticas, tanto no contato com as pessoas nas audiências quanto nos despachos e nas decisões. "Acaba sendo uma postura, um olhar que a gente exercita, buscando conhecer um pouco da história das pessoas e valorizar o que elas têm de positivo", aponta Lilian.

Essa postura fica evidente também nas oficinas, realizadas mensalmente, onde psicólogos oferecem instruções e falam sobre alternativas para a resolução de conflitos. As oficinas contam com a participação de pessoas envolvidas em processos, convidadas pela juíza, mas são abertas ao público em geral. "Nós não temos o poder de mudar a realidade daquelas pessoas na sua essência, então, oferecemos momentos qualificados de reflexão para que elas olhem para as suas questões e se fortaleçam para promover mudanças", aponta.

Juíza Quitéria Tamanini Péres

1ª Vara Cível de Blumenau

Justiça Sistêmica

O projeto realizado pela juíza Quitéria Tamanini Péres prevê a realização de diversas iniciativas com um objetivo comum: orientar as pessoas sobre modos de lidar com os conflitos. Uma delas é a oficina #tipoassim, que reúne adolescentes envolvidos em processos da Vara da Infância e Juventude para conversas, debates e esclarecimentos sobre autoconhecimento. "A ideia desses encontros mensais é fazer com que os jovens acreditem nas suas potencialidades", explica Quitéria. Já as "Rodas de Conversa sobre Conciliação", cuja 24ª edição será realizada em outubro, oferecem um amplo espaço de debate e troca de experiências para o público interessado em aprender sobre a postura pacificadora.

Outra frente de abordagem sistêmica promovida pela juíza são as Constelações Familiares. Pessoas envolvidas em disputas judiciais são convidadas para os encontros mensais onde são abordados aspectos psicológicos envolvidos nas disputas familiares, sob orientação de dois conciliadores. "As situações consteladas são, em geral, objeto de disputa judicial. Como consequência natural temos o desenrolar do processo. Isso pode acontecer com acordo ou não, mas o objetivo principal não está alinhado com estatísticas, e sim com a forma de lidar com os conflitos", destaca Quitéria.

SAÚDE

Quando o cansaço vira doença

Neuropsicólogo Rodrigo Ramalho explica o que é a Síndrome de Burnout, uma doença cada vez mais comum entre trabalhadores.

Rodrigo Ramalho

De repente, você tem a profissão que sempre sonhou, mas ao invés de se sentir realizado, tem cada vez menos energia para levantar pela manhã e encarar a rotina. As tarefas de trabalho causam desânimo, o desempenho é baixo e a insônia é frequente. Esses são alguns dos sintomas que estão relacionados com a Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional. Este ano, a síndrome foi incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial de Saúde (OMS) como um "fenômeno ligado ao trabalho".

Segundo a International Stress Management Association (Isma), o Burnout atinge um a cada três habitantes do Reino Unido e 8% dos trabalhadores da Alemanha. No Brasil, estima-se que 30% dos trabalhadores sofrem deste mal e a falta de produtividade causada pela síndrome gera prejuízo de 3,5% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, conforme cálculos feitos pela Isma em 2010.

O neuropsicólogo Rodrigo Ramalho explica porque muitas pessoas parecem sucumbir ao cansaço mesmo em atividades escolhidas por aptidão e paixão.

- O que é a Síndrome de Burnout?

O Burnout surge como uma resposta aos estressores ocorridos na situação de trabalho. Essa resposta está relacionada com três fatores: exaustão emocional, caracterizada pela falta ou carência de energia e um sentimento de esgotamento; despersonalização, ou a falta de sensibilidade e a dureza ao responder às pessoas; e baixa realização profissional, que se refere a uma diminuição dos sentimentos de competência em relação aos ganhos pessoais obtidos no trabalho.

- Existe uma profissão mais propensa a sofrer da Síndrome?

Qualquer profissional pode desenvolver a síndrome. No entanto, é mais comum em profissionais que trabalham diretamente com cuidado a terceiros, como profissionais de saúde ou de atendimento ao público. Exemplos são bancários, vendedores, operadores de telemarketing, agentes penitenciários, policiais e bombeiros.

- É possível definir uma causa?

Os sintomas surgem por influência direta das características do ambiente de trabalho ou da função - o local físico, as relações pessoais, as longas jornadas, a competitividade - e também características pessoais. Por exemplo, uma pessoa introvertida ou tímida terá mais chances de passar por estresse em trabalhos no qual tenha que lidar diretamente com o público ou trabalhos grupais. Esgotamento emocional ou estresse podem acontecer em diversos momentos da vida de uma pessoa, mas quando não estão relacionados ao trabalho, não será diagnosticado como Síndrome de Burnout. A cobrança de metas altas e ritmo acelerado sem pausas para descanso podem agravar a síndrome.

- Como prevenir?

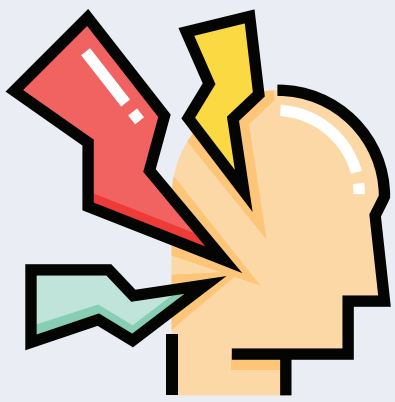
É importante a pessoa avaliar e analisar como está seu ambiente de trabalho e sua função e tentar relacionar o início dos sintomas a alguma dessas áreas. O estilo de vida também ajuda na prevenção, porém, somente ele não é o bastante, pois os fatores ambientais e pessoais são os mais importantes.

- Como é feito o diagnóstico e quais os tratamentos possíveis?

Psiquiatra e psicólogo são os profissionais indicados para identificar o problema. O tratamento da síndrome é realizado por um psicólogo ou psicoterapeuta, conforme cada caso. Quando os sintomas estão graves, a utilização de medicamentos - antidepressivos e ansiolíticos - pode ser necessária, juntamente ao trabalho psicológico. Quando os sintomas prejudicam o desempenho do trabalhador, seja na própria execução do trabalho ou nas relações interpessoais, ele pode necessitar de afastamento para tratar seus sintomas e aprender estratégias para lidar com situações estressantes.

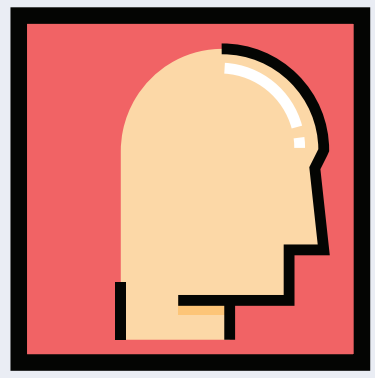
Se o seu ambiente de trabalho causa alguns destes sintomas, atenção, pode ser

Síndrome de Burnout



- Cansaço excessivo, físico e mental.
- Dor de cabeça frequente.
- Alterações no apetite.
- Insônia.
- Dificuldades de concentração.

- Sentimentos de fracasso e insegurança.
- Negatividade constante.
- Sentimentos de derrota e desesperança.
- Sentimentos de incompetência.
- Alterações repentinas de humor.



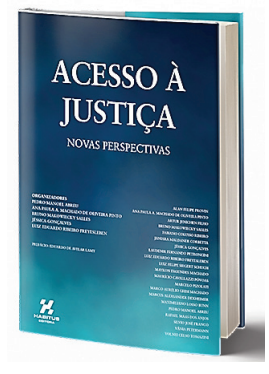
- Isolamento.
- Fadiga.
- Pressão alta.
- Dores musculares.
- Problemas gastrointestinais.

ESTANTE

Conheça a seguir algumas produções literárias recentes ligadas à magistratura catarinense

Fabiano Hartmann Peixoto e Roberta Zumblick Martins da Silva apresentam, na obra **Inteligência Artificial e Direito**, um panorama atual sobre as relações entre os dois campos.

Verdades Movediças é o segundo livro de poemas de autoria do desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch.



Acesso à Justiça – Novas Perspectivas reúne análises de 21 autores, entre eles 16 magistrados, com organização do desembargador Pedro Manoel Abreu e outros quatro autores.

Leia aqui sobre o lançamento da obra

Este lançamento ajudou uma instituição beneficente. Leia aqui:

Em vídeo: organizadores explicam detalhes do livro

ESMESC

Escola da Magistratura aposta na troca de experiências com juízes

Magistrados trazem para a sala de aula as vivências do dia a dia nos fóruns e ajudam na preparação para o concurso.

Arquivo ESMESC

Juiz Gabriel Marcon conversa com alunos sobre sua experiência até ingressar na Magistratura

A Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – Esmesc abriu o segundo semestre de 2019 com uma conversa entre os alunos e os juízes Gabriel Marcon Dalponte e Bruna Luíza Hoffmann. Os dois tomaram posse como juízes substitutos em 2018, na última turma aprovada no concurso do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Em um clima descontraído, porém focado no aprendizado, Gabriel Dalponte abordou o método de estudo e a didática que o auxiliou na aprovação. Formado em Direito pela Univalli e em Administração pela UFSC, o juiz participou de quatro concursos para a magistratura, sempre em Santa Catarina, até obter êxito. O magistrado apresentou suas estratégias de organização, formas de abordagem do conteúdo e, em especial, deu dicas sobre os grandes gargalos que merecem mais atenção nas etapas de estudo. Para ele, o sucesso foi resultado da escolha de um material único com o qual tinha mais afinidade.

A organização de um cronograma foi o ponto principal sugerido pela juíza Bruna Hoffmann. Sensível ao momento vivido pelos alunos, ela disse ter sentido uma certa nostalgia ao iniciar a conversa com eles já que foi aluna da Esmesc no período de 2009 a 2011.

> *"Eu procurei falar me colocando no lugar deles. São alunos extremamente interessados e fizeram muitas perguntas", afirmou a juíza que, em seis anos de estudo, se submeteu a mais de 20 concursos em todo o país até obter a aprovação.*

Durante os estudos, a magistrada estabeleceu prazos e metas que incluíam até mesmo a hora de comer. Trabalhava à tarde, programava cinco horas diárias de estudo na semana deixando, porém, o sábado livre. "Alguns planos acabam sendo adiados, mas tem que viver feliz neste período". A principal dúvida apresentada pelos alunos para a juíza foi como se manter motivado mesmo após tantas tentativas. A resposta? "Vontade e determinação acima de tudo!", finalizou.

Juíza recebe homenagem pela atuação como professora

Arquivo ESMESC

Andrea Vaz acompanhada do diretor-geral da Esmesc, juiz Rudson Marcos, e do vice-presidente da AMC, juiz Vitoraldo Bridi

A entrega dos certificados de conclusão dos módulos Conteúdos Jurídicos, Práticas Jurídicas e Residência Judicial da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – Esmesc este ano teve um ingrediente especial: a emoção da juíza Andréia Régis Vaz, homenageada pelos alunos. Andréia tem 18 anos de magistratura e há 14 é professora na Esmesc, lecionando sobre Direito Penal e Dosimetria da Pena.

A empolgação é a marca da professora que investe no uso de exemplos para auxiliar na fixação do conteúdo. Na disciplina de Dosimetria da Pena, intercala aulas expositivas com a simulação de casos hipotéticos ou já vivenciados durante a carreira na magistratura. Na Residência Judicial, o sistema de aulas privilegia a discussão de temas polêmicos, muitas vezes em debate no Supremo Tribunal Federal – STF, como a descriminalização do porte e uso da maconha, por exemplo.

> *"Dou aulas há 35 anos e é algo que gosto muito. Na Esmesc eu nunca tinha recebido a homenagem por indicação dos alunos. Fico muito feliz", disse emocionada.*